



ATA DA REUNIÃO Nº 018 (nº 04/2013) DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – ESTADO DO PARANÁ – CAU/PR, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2013, NA SALA DE EVENTOS DO HARBOR HOTEL BATEL, EM CURITIBA-PR.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Eventos do Harbor Hotel Batel, localizado na Av. Do Batel, 1162, Bairro Batel, nesta cidade de Curitiba-PR, realizou-se a Sessão Ordinária nº 018 (04/2013), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista Jeferson Dantas Navolar – Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Gláucia Sales Jacob, secretária geral do Conselho. A Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas **ALEXANDER FABRI HULSMEYER, ANDRÉ LUIZ SELL, BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, DALTON VIDOTTI, ELI LOYOLA BORGES FILHO, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, LUIZ BECHER, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, ORLANDO BUSARELLO, E RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA**.....

Participaram da presente Sessão os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas **CARLOS DOMINGOS NIGRO, JOÃO CARLOS DIÓRIO e JUCENEI GUSSO MONTEIRO**, bem como o Conselheiro Federal **LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO**.....

Ficaram justificadas, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Titulares Arquiteto e Urbanista **CLAUDIO FORTE MAIOLINO e ADOLFO SAKAGUTI**

Presentes também, nesta Sessão os Assessores contratados, a saber: o Jornalista Antônio Carlos Domingues da Silva (Assessor de Comunicação); a Advogada e Arquiteta e Urbanista Cláudia Cristina Taborda Dudeque (Assessora Jurídica), Hélio Botto de Barros (Assessor de Planejamento), Paula Andrea Meira (secretária da presidência), Cissa Cristina Weber (secretária junior) e eu, Gláucia Sales Jacob, (Secretária Geral).....

I-QUÓRUM – Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão, com os itens a seguir:.....

II- REUNIÃO DAS COMISSÕES: As comissões se reuniram das nove às doze horas, com pausa de quinze minutos para coffe-break.....

III ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES – Tendo em vista que a Ata da Sessão Ordinária no 017 só foi encaminhada por meio eletrônico aos conselheiros em data de sábado (27 de abril) e dada a extensão da mesma, foi proposto pelo presidente que sua aprovação fosse adiada para a próxima sessão, o que foi aprovado.....

IV PAUTA: Apresentada e colocada em votação foi aprovada por unanimidade a Pauta desta Reunião Ordinária nº 018, quarta de 2013 do CAU-PR, com extra-pauta.....

V.ORDEM DO DIA:.....

1 . Apresentação das correspondências:.....

1.1. **Correspondências recebidas:** apresentada a lista de correspondências recebidas, sendo 01 (uma) oriundas do CAU/BR e 14 (quatorze) de diversos remetentes.....

1.2. **Correspondências expedidas:** apresentadas as listas de correspondências expedidas, sendo que dessas, 01(uma) foram destinada ao CAU/BR e 282 (duzentas e oitenta e duas) a diversos destinatários.....

2. Palavra da Presidência - Relato Reunião Presidentes Boa Vista-RR.....



47 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que a última reunião de presidentes
48 realizada em Boa Vista, RR, contou com a presença de vinte e cinco presidentes de CAU/UF,
49 sendo que foi dado ênfase no item fiscalização. Informou que apesar de não ser sua
50 atribuição, o CAU/BR está construindo as primeiras normativas, padronizando as ações e
51 colocando à disposição dos estados, porém, como a responsabilidade inicial da implantação
52 do conselho nos Estados não está concluída, principalmente no que se refere à garantia da
53 efetivação das atribuições previstas na Lei do CAU, corre-se o risco dos fiscais que forem à
54 rua, serem constrangidos com os famosos sombreamentos, caso estas questões não estejam
55 totalmente claras e esclarecidas ao mercado e na sociedade. Esclareceu que sua fala naquela
56 reunião ressaltou a importância da consolidação da conquista dada pela Lei 12.378, ficando
57 trincheiras até onde a Lei já avançou. A seu ver, essa tarefa não se extinguiu e só depois dela
58 o Conselho poderá exercer fiscalização plenamente e avançar na reconquista de atribuições,
59 que foram perdidas durante esses anos todos no convívio com o conselho multiprofissional.
60 Como informe, colocou que circula na internet desde semana passada um relato
61 documentado que vem com informações de dentro da plenária do CONFEA no sentido de
62 redistribuir, perante os engenheiros as atribuições dos arquitetos, o que se verdadeiro passa
63 ser a ameaça maior nesse momento. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular ALEXANDER
64 FABRI HULSMAYER colocou ter percebido que na proposta das novas diretrizes do CONFEA,
65 alguns itens implantados parecem saídos da antiga resolução 1010, porque apareceram
66 algumas atribuições, que antes eram exclusivas de arquitetos e agora se estendem a outras
67 profissões. Sugeriu celeridade no processo de explicitação das atribuições dos arquitetos, a
68 fim de evitar que elas sejam estendidas a outros profissionais. Não sabe exatamente para
69 qual categoria profissional estão outorgando atribuições, mas o fato é que tem várias:
70 planejamento urbano, plano diretor, loteamento, paisagismo, projeto arquitetônico, entre
71 outras. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR disse que é momento do CAU mostrar a
72 que veio e usando a força da lei federal que descreve as atribuições dos arquitetos. Agora é
73 hora do CAU ser forte e ágil, garantindo as conquistas da Lei do CAU. Relembrou que esteve
74 representando o CAU/PR em quase todas as instâncias que dão atribuições ou que compram,
75 comercializam ou usam projeto de arquitetura – secretaria de estado, associações, tribunal
76 de justiça, tribunal de contas – a fim de disseminar a questão das atribuições. Concluiu
77 citando como exemplo o caso da COPEL trazido hoje pelo conselheiro Bruno, de Pato Branco,
78 em que de novo um colega está sofrendo impedimento de exercer plenamente o que lhe
79 compete. Foi feito um protocolo na presidência da COPEL, ou seja, essa companhia não pode
80 dizer que não sabe do que está se tratando, se o segundo escalão ou o terceiro escalão não
81 atende, a presidência da entidade sabe do que se trata. Em seguida apresentou a nova
82 secretária da presidência, Paula Andréa Meira que foi contratada em substituição à Camila
83 Albuquerque, tendo solicitado que a mesma se apresentasse, o que foi feito. -----

84 **3. Relato Auditoria.**-----

85 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que o CAU/BR contratou a empresa de
86 auditoria, em nível nacional, para auditar todos os CAU/UFs, com um *check list* padrão,
87 visando uma padronização de atitudes ou de procedimentos formais em todos os níveis de
88 atuação do Conselho. No geral, o CAU/PR foi aprovado nas contas, e todas foram
89 encaminhadas ao CAU/BR já com aprovação dessa auditoria, mas foi reprovado em alguns
90 itens no que se refere a exigências trabalhistas, como por exemplo, livro ponto, cartas de
91 demissão, etc. Esclareceu que o gerente financeiro, Nilto Roberto Cerioli, ficou encarregado
92 de disseminar a lista de exigências visando corrigir as falhas, a fim de dar mais eficiência



93 nesse processo. Em seguida propôs inversão de pauta para fazer a apresentação do
94 representante da empresa de gestão contratada, que está previsto como item da comissão
95 de Atos Administrativos. Esclareceu que depois de diversas consultas, dentre elas a Fundação
96 Getúlio Vargas, depois Dom Cabral, optou-se por contratar a Empresa de Consultoria de
97 Gente, que tem um perfil mais local, com conhecimento do Paraná, da Associação Comercial
98 do Paraná, Federação das Indústrias, sendo esta uma aproximação que o CAU/PR precisa
99 manter e, de certa forma, a presença de uma empresa local parece ser mais eficaz. Relatou
100 que na sexta-feira passada foi realizada uma primeira reunião com todos os Assessores.
101 Anteriormente a isso, a pedido do presidente, o representante da empresa acompanhou o
102 Conselheiro Jucenei Monteiro numa reunião sobre gestão junto ao CAU/BR, semana passada,
103 em Brasília. Naquela oportunidade estiveram presentes os sete maiores estados. Informou,
104 ainda, que nessa reunião em Brasília o CAU/BR apresentou também uma empresa
105 recentemente contratada, que deverá fazer o plano de gestão do CAU/BR e se propôs ouvir
106 os estados; tendo sido muito oportuna a presença do conselheiro acompanhado de um
107 consultor, com uma visão ampliada de conhecimento. Colocou que cabe a ele a
108 responsabilidade de ajudar a construir, profissionalizar cargos, funções, metodologias e
109 processos aqui no CAU/PR. Pontuou que atualmente o CAU/PR não tem mais um espaço
110 disponível na sede provisória cedida pelo IAB/PR, o que impossibilita novas contratações. A
111 previsão é de que em junho seja possível realizar a mudança para a nova sede, que está em
112 reforma. Ou seja, temos dois meses para que a empresa comece interferir nos
113 procedimentos e o Conselho possa, então, se organizar com mais profissionalismo, com uma
114 equipe mais completa, com responsabilidades mais claras. Em seguida passou a palavra ao
115 consultor PLÍNIO FERNANDO RIBEIRO, que fez sua apresentação dizendo que é sócio
116 proprietário da Empresa de Consultoria de Gente, a qual deverá estar presente no CAU/PR
117 por seis meses. Esclareceu que sua consultoria não fará intervenção direta em nenhuma
118 hipótese, mas mostrará que existem ferramentas que podem facilitar a transformação do
119 processo de forma fácil e tranquila. A metodologia prevê o acompanhamento de perto por
120 parte da sua equipe, que é composta por parte jurídica, por dois mestres em administração e
121 algumas pessoas voltadas às estatísticas, entre outros, a qual foi apresentada aos Assessores
122 do Conselho, sexta-feira passada. Deixou três perguntas aos conselheiros: “1) Daqui a cinco
123 anos se você não estiver mais no CAU, onde hoje vocês estão, e cruzasse por pessoas, o que
124 gostaria que elas estivessem falando da organização do CAU? 2) Alguém de fora do CAU,
125 daqui a cinco anos, faz um comentário sobre o CAU. O que você gostaria que estivesse sendo
126 dito acerca do CAU? 3) Uma revista totalmente isenta do segmento da arquitetura, mas que
127 tem repercussão na mídia, daqui a cinco anos fala e faz uma reportagem de capa sobre o
128 CAU. O que você gostaria que essa revista de renome estivesse falando?” Esclareceu que
129 essas perguntas fazem parte do método da “Investigação Appreciativa”, também utilizada por
130 sua empresa de consultoria. Concluiu sua fala dizendo que a “Consultoria de Gente” vai
131 auxiliar nesse desenho do futuro. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que
132 o contrato com a “Consultoria de Gente”, que ainda não foi assinado e está no jurídico, é de
133 seis meses, o que foi uma outra vantagem, em seis meses já haverá resultado disponível para
134 ser aplicado.....

135 **4. Distribuição processos CREA-PR para relatoria.....**

136 Pela Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE foi informado que havia
137 apenas processo de comissões, as quais – ética e exercício profissional – já se manifestaram,
138 não havendo processos a distribuir para o plenário. O Presidente JEFERSON DANTAS



139 NAVOLAR solicitou que a Assessora Jurídica trouxesse uma informação recebida há pouco
140 sobre a atuação do escritório de advocacia contratado a partir de autorização da plenária:
141 um primeiro despacho da justiça, parcial, provisória, pequena, mas que dá uma certa razão
142 ao entendimento do CAU/PR sobre o Fundo de Apoio aos CAUs deficitários. Com a palavra a
143 Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE colocou que na ação que o
144 CAU/BR ajuizou contra o CAU/PR, foi requerida antecipação de tutela sob alegação de que
145 este Conselho não quer fazer o repasse financeiro ao fundo de apoio, que não reconhece o
146 pagamento e pode de uma hora pra outra gastar todo o dinheiro, não só os 3,91%, mas todo
147 o dinheiro do CAU, só para não ter como repassar o valor devido, ou seja, gastaria 100% do
148 dinheiro para não ter o percentual para repasse. Informou que no final da tarde da sexta-feira
149 passada foi publicada sentença judicial, que negou a antecipação de tutela e questionou a
150 origem das resoluções do CAU/BR, nas quais “aparentemente há vícios formal” (sic). Em
151 seguida leu a sentença para o plenário (Anexo I). O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
152 colocou que essa é uma peça inicial, mas que poderia comprometer todo o raciocínio se ela
153 não fosse analisada já com pequenas definições em relação ao mérito. Pontuou que o
154 CAU/PR pretende apenas ter segurança jurídica no ato de transferência de recursos
155 financeiros oriundos de arrecadação exclusiva dos arquitetos do Estado do Paraná, para
156 suprir um fundo que, de antemão, a interpretação da lei diz que deve ser suprido pelo
157 CAU/BR. Recapitulou que com autorização da comissão de finanças este Conselho se propôs
158 a fazer os depósitos mensais, mês a mês para o fundo, eliminando o risco de prejudicar os
159 outros estados, mas garantindo a devolução do dinheiro caso a justiça assim o determinasse,
160 sendo que essa proposta não foi aceita pelo CAU nacional, que findou entrando com o
161 pedido de antecipação de tutela, cujo desfecho foi lido pela assessora jurídica.....

162 **5- Relato das Comissões**

163 **5.1- Relato Comissão de Ética**.....

164 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que hoje solicitou os documentos iniciais,
165 para orientação dos fiscais, à comissão de ética a fim de dar início ao processo de seleção dos
166 fiscais. Em seguida passou a palavra à Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI
167 que se manifestou dizendo que já existe o manual de fiscalização, que orienta como proceder
168 com os processos; há a Lei 12.378/2010 e o código de ética, que está em andamento e
169 deverá ser aprovado no seminário nacional que acontecerá em junho, em Brasília. Relatou
170 que esteve juntamente com o conselheiro Jucenei Monteiro, no seminário da CED/BR, em
171 Belém, onde as comissões estaduais se encontraram para ver o último escopo do Código de
172 Ética, que está sendo finalizado pelo professor e arquiteto João Honório, com as alterações
173 desse último seminário. Comprometeu-se a encaminhar a minuta do código para a
174 fiscalização. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Titular ELI LOYOLA BORGES FILHO, o
175 qual sugeriu que os conselheiros façam uma leitura do manual de fiscalização, porque ele
176 trata do exercício da profissão e de vários itens de atividades do arquiteto, inclusive com os
177 aspectos de sombreamento. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que está
178 claro que além de selecionar os fiscais, estes deverão passar por um treinamento; todo o
179 sistema é digitalizado e por isso a necessidade de treinamento profundo. A seu ver, esse
180 treinamento deverá ser feito em bloco pra que todos os fiscais, do interior ou da Capital,
181 tenham a mesma informação, a fim de evitar o desequilíbrio do processo. Assim, o primeiro
182 momento é de seleção, o segundo é de treinamento – o entendimento do SICCAU em relação
183 a todo o procedimento das denúncias que são protocoladas via sistema – porque serão os
184 fiscais que terão primeiro contato com isso, para depois encaminhar seja para a comissão de



185 ética, seja para o jurídico. Os fiscais terão atribuição de fazer atendimento via SICCAU,
186 respondendo denúncias dentro do sistema, fazendo as vistorias, as diligências de denúncias
187 na sua região. Colocou que o Paraná tem trezentos e noventa e nove municípios e apenas
188 seis pessoas ficarão responsáveis pela fiscalização, o que é uma responsabilidade muito
189 grande. Ademais, essas pessoas serão representantes do CAU/PR junto à sociedade, ou seja,
190 esse é um momento muito importante e o imprevisto deve ser evitado. Pontuou que essa é
191 uma das razões de se contratar a empresa de gestão neste momento, com vistas a preencher
192 estas atribuições já com profissionalismo de organização e de visão como um todo. Uma das
193 tarefas da “Consultoria de Gente” é auxiliar na implantação do CAU/PR inclusive com os cinco
194 escritórios regionais. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO complementou que
195 será um desafio avaliar o tamanho e o custo dessa equipe, bem como do plano de ação no
196 sentido de fiscalização no Estado. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que a
197 fiscalização é um passo importante e agora o Conselho já tem quase todas as ferramentas
198 disponíveis para essa ação: o manual de fiscalização, a empresa de gestão contratada e os
199 escritórios regionais sendo montados a fim de dar início ao processo de seleção e
200 treinamento dos fiscais.

201 **5.2 – Relato Comissão de Finanças**

202 O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO apresentou na tela o resumo financeiro,
203 previamente encaminhado a todos os conselheiros, referente ao mês de março (anexo II), em
204 que consta que o saldo do CAU/PR é de seis milhões seiscentos e quarenta e seis mil reais.
205 Esclareceu que no mês de março as despesas foram maiores por conta da instalação da sede
206 na capital, que demandou gastos de mais de cem mil reais decorrentes de uma parcela de
207 equipamentos, instalações e mobiliário. Em seguida apresentou o parecer da comissão de
208 finanças do CAU/BR (Anexo III), em que foi avaliado todo o balanço de 2012, o qual não
209 apresentou nenhuma irregularidade e, logo após leu o parecer da auditoria realizada em
210 março (anexo IV), sendo que os pareceres foram ratificados pelo plenário. Com a palavra, o
211 Conselheiro Titular RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA relatou que no mês de janeiro foram
212 registrados quase nove mil RRT’s, esse número passou para quase dez mil e atualmente já
213 são mais de doze mil RRT’s, número que vem aumentando mês a mês. O Presidente
214 JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que esse é o relatório de março de 2013 e fez uma
215 comparação entre a arrecadação do CAU/PR com outros conselhos e concluiu que mesmo
216 com todas as dificuldades iniciais para o preenchimento do RRT, os arquitetos aderiram.
217 Pedindo a palavra o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO colocou que a seu ver
218 a administração financeira do CAU/PR tem sido feita de uma maneira racional, positiva,
219 sempre com aprovação desta plenária. No início havia incertezas se o Conselho teria
220 sustentabilidade e hoje, há plena certeza que sim, o que dá garantia de que haverá condições
221 de atender à sociedade através de um bom atendimento aos profissionais, apoiando ações
222 que façam com que esses profissionais se qualifiquem melhor, coisa que era difícil no
223 CONFEA. Acredita que este Conselho terá condições de fazer uma bela gestão não só
224 administrativamente, mas também no atendimento da sociedade através de um bom
225 exercício profissional. Em seguida, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que os
226 conselheiros autorizaram gastos, além dos valores de oito mil reais, para investimentos na
227 sede. Essas licitações estão quase todas efetivadas, grande parte delas se reverterá em
228 patrimônio para o Conselho: móveis, luminárias, aparelhos de informática. Haverá um
229 sistema integrado de telefonia, de lógica, de segurança, de CSFTV, com equipamentos de
230 primeira linha, de *nobreaks*, *backups*, e coisas que estão sendo adquiridas agora, as quais



231 darão uma segurança administrativa razoavelmente grande, porque atualmente há um
232 imprevisto, inclusive tecnológico, onde cada funcionário tem o seu computador, com a sua
233 senha, não é rede, não tem *backup*, não tem *nobreak* e não adiantava investir sem ter o
234 espaço físico. O mobiliário também está sendo adquirido, com licitação pronta, móveis de
235 primeira linha, porém sem luxo. As luminárias e o ar condicionado também serão acrescidos
236 ao patrimônio do Conselho. Alguns itens serão investimento no imóvel, uma contrapartida
237 assinada com o proprietário: paisagismo, gradis e a infraestrutura de banheiros novos. Há
238 nove meses de carência para pagamento do aluguel, porém, dado o investimento que está
239 sendo feito no imóvel, apesar da carência, é um desequilíbrio no contrato. Por isso, tendo em
240 vista que na plenária passada foi autorizada a dilatação do contrato de aluguel na casa sede,
241 amanhã haverá reunião com o proprietário, cuja pauta é a solicitação de que o prazo de
242 aluguel, hoje de três anos, se estenda para seis anos. Relatou que em conversa com
243 proprietário Mário de Mari, o mesmo se propôs a aceitar a dilatação do prazo contratual.
244 Colocou que há um processo, já tramitado no Supremo Tribunal Federal, autorizando a
245 Prefeitura a emissão do Alvará de demolição na casa. Há um protocolo no Ministério Público,
246 um protocolo na Procuradoria Geral do Município, e um acordo com o Secretário Municipal
247 de Urbanismo de não se emitir esse documento enquanto essa situação não estiver clara. A
248 seu ver, é uma oportunidade, a legislação municipal é frágil e tem se demolido imóveis via
249 judicial em Curitiba desde 1983, e desde então a Prefeitura não tem sabido construir,
250 juridicamente, uma base legal para isso. Talvez este Conselho seja o agente a fazer essa
251 provocação de modo a gerar uma melhoria no suporte legal da Prefeitura em relação a esse
252 patrimônio. A pendência existe, e talvez amanhã isso possa ser melhor esclarecido pelo
253 proprietário do imóvel. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO informou que
254 amanhã às dez horas vai ser realizado o pregão eletrônico do Banco do Brasil, na modalidade
255 de risco e preços, numa licitação para compra de cinco veículos populares. Será licitado o
256 total quinze veículos, o que não significa que serão adquiridos os quinze, mas será dada a
257 carta firmada de preço para a compra desse material durante um ano, ou seja, o valor será fixo
258 por um ano e o Conselho pode comprar cinco, três ou quinze, conforme a necessidade.
259 Colocados em votação, o resumo financeiro e as despesas mensais referente ao mês de
260 março foram aprovados pelo plenário. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou
261 que solicitou ao setor de compras que fizesse, durante esse período da licitação, um outro
262 processo comparativo sobre os valores de aluguel de veículos desse padrão de frotas (há
263 empresas especializadas nisso), a fim de avaliarmos se o aluguel de veículos tem um valor
264 melhor. É uma infraestrutura que os fiscais vão precisar e estão sendo tomadas atitudes no
265 sentido de no mês que vem termos a estrutura plena, para os colegas fiscais irem à rua. Em
266 seguida, colocou que o caixa do CAU/PR tem duas entradas financeiras: anuidades e RRTs,
267 porém na semana passada, um concurso público para arquitetos gerou uma demanda
268 monstruosa no sistema, de dezenas de colegas solicitando o fornecimento de dezenas de
269 documentos, que o CAU/PR terá que fornecer gratuitamente. Isso foi um alerta para que o
270 Conselho se previna, porque isso não pode acontecer. Assim, o jurídico está preparando um
271 documento com a base legal e com os valores para possibilitar que, nessas circunstâncias, os
272 serviços sejam cobrados, evitando que alguns arquitetos sejam privilegiados em detrimento
273 de outros. Adiantou que é bem possível que a comissão de finanças tenha, já na próxima
274 plenária, esse documento em mãos para que o plenário autorize a cobrança de taxa, mesmo
275 que isso não seja muito bom politicamente. Pedindo a palavra o Conselheiro Federal LAERCIO
276 LEONARDO DE ARAÚJO colocou, como informe, que está na pauta da comissão de finanças



277 do CAU/BR a discussão da definição de taxas. A questão que ficou em debate é sobre o que
278 significa a arrecadação de anuidade e RRT, realmente – o que é que isso paga – se paga o
279 sistema, o funcionário, o SICCAU, as certidões, etc. O Presidente JEFERSON DANTAS
280 NAVOLAR informou que, em função da alta demanda de solicitações de fotocópias de
281 documentos vindo do CREA (um único arquiteto solicitou fotocópia de 600 ARTs), a
282 Assessoria Jurídica solicitou que seja colocado em votação, como urgente, a questão das
283 taxas. Esclareceu que o texto já está pronto e havendo concordância, poderia ficar aprovado
284 hoje. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO esclareceu que esse item não
285 entrou no relato da Comissão de Finanças, porque não queria fazê-lo antes de falar com o
286 conselheiro federal. Complementou dizendo que essa demanda surgiu em face ao grande
287 número de solicitações de cópia de documentos. Em seguida leu a proposta de deliberação
288 da plenária, encaminhada junto com o parecer do jurídico, a saber: “ Justificativa nº 1 –
289 proposta para a plenária – considerando que a lei 12378 de 2010 no seu artigo 37 determina
290 que... *Constituem recursos dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo – CAUs: 1.1 -*
291 *receitas com anuidades, contribuições, multas, taxas e tarifas de serviços; 1.2 - que o*
292 *regimento interno em seu artigo 81 delibera que são recursos do CAU-PR: Anuidades, taxas e*
293 *emolumentos; 1.3 - o elevado número de profissionais solicitando cópias das ARTs, anotações*
294 *de responsabilidade técnica proveniente do CREA- PR.2- Sugerimos que a plenária delibere*
295 *sobre:2.1 – cobranças das fotocópias simples e impressões a partir dos computadores do*
296 *Conselho, o valor cobrado seja de vinte centavos por fotocópias. Cobrança das fotocópias*
297 *autenticadas pelo CAU-PR “documento confere com o original” datado e assinado no valor de*
298 *R\$ 0,50 por fotocópia. Que até o valor de R\$ 2,00 seja isento de pagamento. Que a cobrança*
299 *seja através do boleto bancário cujo valor total a ser pago seja somado do valor deste com o*
300 *valor das fotocópias e ou impressões. Curitiba, 29 de abril. Assina: Comissão de Finanças”. O*
301 Conselheiro Titular CARLOS HARDT colocou-se favorável à medida e alertou sobre a
302 necessidade de rever as terminologias como, por exemplo, com relação ao termo *fotocópia*,
303 que é um tipo específico de cópia – tendo sugerido a utilização de um termo mais genérico a
304 fim de evitar mal-entendidos. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO propôs que seja
305 pensado um outro método de recolhimento desse valor, porque até dois reais não haveria
306 cobrança, mas a partir desse valor seria emitido um boleto bancário, que deve custar mais do
307 que isso. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que esse valor foi
308 estabelecido porque a taxa que o banco cobra do CAU-PR é R\$ 1,59 para emissão e
309 compensação do boleto; assim, o valor mínimo de dois reais contempla a taxa de
310 compensação mais um número mínimo de cópias. A implantação dessa cobrança está sendo
311 vinculada à possibilidade da emissão do boleto, porque não será possível fazer entrada de
312 dinheiro no caixa do CAU em dinheiro ou cheque. Assim, a condição é que se emita o boleto
313 via SICCAU, porque aí a contabilidade, que é feita a partir do convênio no banco, já estaria
314 com meio caminho andado. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMEYER colocou
315 que cobrindo os custos já é suficiente, porque na verdade essa cobrança de taxa é mais para
316 disciplinar o uso do sistema do que propriamente para gerar algum recurso para o CAU.
317 Assim, a pessoa só vai pedir quando realmente precisar e, quando for um excesso como 600
318 cópias, vai ter realmente um custo. Na sua opinião, a cobrança visa disciplinar o uso e,
319 mesmo que seja apenas R\$ 0,50 de retorno para o CAU, já está suficiente. O Conselheiro
320 Titular RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA informou que Banco do Brasil está proibido de
321 cobrar as tarifas de boleto bancário desde 17 de abril, por uma decisão da justiça do Rio
322 Grande do Sul, extensiva ao Brasil inteiro. O Conselheiro Titular ELI LOYOLA BORGES FILHO



323 manifestou-se dizendo que se o documento está eletronicamente colocado e o arquiteto
324 quer 600 cópias, ele que tire do computador. Se a solicitação fosse de certidão que necessita
325 assinatura, justificaria o pedido, mas de documentos que podem ser obtidos
326 eletronicamente, não. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO esclareceu que
327 os documentos vindos do CREA ainda não estão colocados eletronicamente, sendo que há
328 previsão de que isso aconteça, mas ainda não está acontecendo. O Presidente JEFERSON
329 DANTAS NAVOLAR pontuou que são situações do dia a dia. Assim se o arquiteto quer um
330 documento emitido aqui pelo CAU/PR e deseja outras cópias, será necessário designar um
331 funcionário para ir junto com o cidadão lá na copiadora porque o original é do Conselho.
332 Esclareceu que o objetivo da cobrança é disciplina. Pedindo a palavra a Assessora Jurídica
333 CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE relatou que esse caso em que o arquiteto solicitou
334 600 cópias, é para um concurso de amanhã no qual é necessário provar o que ele já produziu.
335 Foi perguntado a ele de quais ARTs necessitava cópia e, depois de saber que isso era gratuito,
336 ele solicitou a cópia da pasta inteira. Informou ainda que o CREA cortou o acesso dos
337 arquitetos às ARTs, tendo cortado também o acesso do CAU a elas, porém disponibilizou um
338 arquivo com 482 mil ARTs de arquitetos, só que para o arquivo abrir é necessário um
339 programa específico. Colocou que o CREA/PR disponibilizou o TI deles para explicar para
340 como esse programa é feito, a um TI do CAU, mas não vão disponibilizar o programa, ou seja,
341 hoje o CAU não tem acesso aos arquivos digitais do CREA. Está sendo feita licitação para esse
342 serviço e o objetivo é que futuramente o acervo dos arquitetos paranaenses seja colocado no
343 SICCAU. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO colocou que o artigo 81 do
344 Regimento Interno dá a prerrogativa em relação a taxas e emolumentos, no que se refere ao
345 material vindo do Sistema CONFEA- CREA, que são anotações de responsabilidade técnica, ou
346 seja, é acervo e, por isso, são retiradas cópias. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO
347 pontuou que não ficou claro da forma como está redigido, porque a questão de taxas e
348 emolumentos ainda não está definida. Na sua opinião, nesse momento emergencial isso
349 deveria ficar claro: que são os documentos que não existem no sistema. Porque haverá
350 outras taxas e emolumentos que passarão a ser cobradas também, em outras situações, uma
351 vez que existirão outros serviços que o CAU/PR oferecerá. O Conselheiro Titular CARLOS
352 HARDT pontuou que não se pode burocratizar desnecessariamente, mas em compensação
353 também não é justo para com os demais arquitetos, que custeiem despesas de alguns
354 poucos. Assim, propôs que se deixe a redação para ser feita posteriormente e que se autorize
355 a cobrança específica de forma emergencial desse tipo de despesas. O Presidente JEFERSON
356 DANTAS NAVOLAR colocou que a cobrança de taxas referente a arquivos que vieram do
357 CREA, exclusivamente, nesse momento. Como encaminhamento solicitou que a plenária que
358 aprove a iniciativa e o jurídico fica encarregado de fazer a redação final e encaminhar aos
359 conselheiros. Colocada em votação, a matéria foi aprovada.....

360 **5.3 – Relato Comissão de Exercício Profissional.**.....

361 O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer relatou que a maior parte do trabalho
362 da comissão foi a respeito de assuntos administrativos relacionando uma série de denúncias
363 encaminhadas referente ao exercício profissional, os quais já foram despachados. A seguir
364 colocou que a comissão gostaria de ter esclarecimentos pelo conselheiro federal Laércio
365 Leonardo de Araújo, sobre a questão do e-mail recebido da FNA, informando a atitude do
366 CONFEA de estar se reposicionando e realinhando a resolução 1010, incluindo as atribuições
367 dos arquitetos, bem como sobre o alerta a respeito do CAU/BR estar atrasado em se
368 posicionar em relação à legislação e à atribuição profissional das áreas que são sombreadas



369 entre os diferentes conselhos, nesse caso entre o CAU e o CREA. Justificou sua solicitação
370 referindo preocupação da comissão pela extensão de atribuições que apareceram na 1010 e,
371 se isso passar pelo CONFEA, o ônus de reverter isso vai ser do CAU e não o contrário como
372 poderia ser anteriormente. Com a palavra, o Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE
373 ARAÚJO respondeu que com relação a essa questão da 1010, até o final do ano passado
374 existia um grupo de trabalho de harmonização e conciliação de legislação, CONFEA-CAU/BR.
375 Esse GT chegou, num primeiro instante, a desenvolver uma resolução específica em conjunto
376 sobre Engenharia de Segurança do Trabalho, ou seja, na primeira reunião do GT de
377 harmonização do CONFEA, as duas comissões representantes do CAU/BR e do CONFEA,
378 acharam por bem trilhar esse caminho da harmonização pela resolução conjunta de
379 Segurança do Trabalho. Houve ainda uma segunda reunião de trabalho realizada em outubro
380 ou novembro, com a finalidade de começar a esboçar essa resolução conjunta. Entretanto,
381 no final do ano, tendo vencido o prazo de validade da comissão dos grupos de trabalho
382 dentro do CONFEA, eles simplesmente suprimiram o grupo de trabalho, ao ponto de não
383 aprovarem nem o relatório em que constavam essas tratativas iniciais, nem o relatório de
384 trabalho e nem também o de finanças, de custos, que tiveram em viagens; ou seja, o GT foi
385 suprimido pelo CONFEA e não existe mais. Pontuou que o GT de harmonização foi criado
386 antes dessa ação do CONFEA, o CAU/BR prorrogou sua validade, que era de 90 dias e, na sua
387 opinião, o CAU/BR fez a sua parte nesse sentido, em tese. Esclareceu que a única coisa que
388 pode adiantar para o plenário sobre essa relação com o CONFEA é que os presidentes estão
389 conversando entre si. Com relação a essa questão da 1010, sabe que existe uma pressão
390 muito forte dos CREAs estaduais no sentido de não abrir diálogo com o CAU. Inclusive, há
391 críticas severas ao atual presidente do CONFEA em função daquela primeira tentativa da
392 Engenharia de Segurança do Trabalho, que era um caminho que se imaginava poder trilhar.
393 Há uma pressão muito grande em cima desse presidente, mas as relações, pelo menos de
394 presidente a presidente, ainda continuam cordiais e civilizadas. Ainda com relação a essa
395 questão da 1010, até onde tem conhecimento, a Comissão de Exercício Profissional estava
396 trabalhando numa definição de atribuições privativas dos Arquitetos, justamente para tentar
397 barrar essas questões. Além disso, informou que, até onde tem conhecimento, o CAU/BR
398 está se preparando para uma guerra judicial com relação a essas questões, porque isso não
399 pode seguir à frente e chegar ao ponto de sair uma resolução, aonde atribuições que são dos
400 Arquitetos, principalmente na área do planejamento urbano e regional, sejam estendidas a
401 outros profissionais. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer apresentando o
402 quadro com a nova descrição das atribuições propostas pelo CONFEA colocou que várias
403 atribuições seriam novidade dentro do currículo dos Engenheiros Civis. Inclusive, a descrição
404 do paisagismo dá a impressão de ser uma cópia da 1010 da Arquitetura, falando da paisagem
405 e coisas do tipo. Pelo que a comissão percebeu, analisando os itens da lei e do que o CONFEA
406 está pretendendo, eles estão revertendo a Lei do CAU contra o próprio CAU, porque
407 enquanto o processo judicial estiver correndo eles têm a amplidão das atribuições garantidas
408 pela própria lei do CAU, ou seja, a Lei dos arquitetos está beneficiando engenheiros
409 agrônomos e civis. Em seguida solicitou, em nome da comissão, a participação do conselheiro
410 federal, no que for possível, bem como mantenha o plenário informado a respeito do que
411 está ocorrendo, salientando que a preocupação da comissão é em termos da celeridade do
412 caso. O Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO disse que tomou conhecimento
413 hoje dessa questão e sugeriu que a comissão encaminhe documento formal ao CAU/BR
414 solicitando uma posição e reforçando a preocupação, principalmente com relação aos pontos



415 já levantados. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que o conselheiro Alex
416 descreveu bem a imagem: pegou-se a parte de arquitetura da resolução 1010 e espalhou-se
417 por todas as profissões da engenharia. Assim o CAU tem que correr atrás para tentar pelo
418 menos entender e fazer a lição de casa. Se o Conselheiro Federal acha necessário e razoável a
419 comissão poderia encaminhar ao CAU/BR a preocupação em relação a esse tema. Pedindo a
420 palavra o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO disse que no mesmo e-mail
421 enviado pela FNA vieram junto vários arquivos, que não teve tempo de analisar, mas tem um
422 que é do Ministério da Educação, que fala dos cursos. Pontuou a necessidade analisar que
423 atribuição profissional – isso está lá na Lei 5194, da Resolução 1010 – está vinculada
424 diretamente à formação curricular e, na sua opinião essa é a grande questão. Se os cursos de
425 Engenharia têm um semestre de desenho arquitetônico, simplesmente para ler um projeto
426 de arquitetura no sentido de executar a obra, isso não dá atribuição para o exercício da
427 profissão de Arquiteto. A seu ver, esse é um ponto fundamental e é o ponto que deve ser
428 atingido. O conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMAYER colocou que a resolução 1010,
429 pelo texto da lei já foi cancelada, ou seja, o CONFEA não está mais discutindo a resolução,
430 mas sim a base do documento. Segundo o e-mail enviado pela FNA, essa é uma resolução do
431 próprio CONFEA de 2012, que suspende a 1010, ou seja, a qualquer momento essa questão
432 da obrigatoriedade da análise curricular pode cair. Ademais, segundo informação do ex
433 coordenador da CEF/BR, uma vez que uma disciplina conste como sendo dada, não há como
434 avaliar se é muito, se é pouco, mais ou menos, suficiente ou insuficiente. A preocupação já
435 existia ainda enquanto estava na câmara de arquitetura analisando a questão da 1010 e suas
436 implicações. Em nenhum momento a carga horária é considerada, se um aluno de Engenharia
437 tiver dez horas de aulas de projeto arquitetônico, teoricamente ele estaria habilitado a
438 projetar. Isso foi o que a comissão falou com todas as letras, alegando não poder fazer nada,
439 porque isso interfere na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde a universidade teria
440 autonomia para decidir como montar seu curso. E concluiu dizendo que isso é uma coisa
441 muito preocupante porque, por exemplo, o curso de Engenharia pode subdividir uma
442 disciplina anual, em quatro tópicos bimestrais e consta lá que teve tudo isso, gerando
443 atribuição para o Engenheiro. Agora os arquitetos não têm mais controle disso e nem
444 participam mais de discussão se a análise curricular vai ser considerada ou não. O
445 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO pontuou que o que habilita os arquitetos
446 é justamente esse tempo, esse aprofundamento na questão do projeto. O estudante de
447 arquitetura tem aula de Projeto I a X, isso deve significar alguma coisa. O Presidente
448 JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que o caso mais recente chegou ao CAU/PR neste mês
449 e, hoje, o jurídico do CAU/PR emitiu novo parecer atendendo à solicitação de um Procurador
450 da União sobre atribuições. Neste caso o CREA-PR atendendo a solicitação do Engenheiro
451 Civil que questiona se ele tem ou não atribuição de perícia e avaliação na área de Patrimônio
452 Histórico, depois de citar a Lei, citar as Resoluções 218 e omitir Patrimônio Histórico, que não
453 cita, termina dizendo assim: “Pelo exposto as atividades de vistoria, perícia, avaliação,
454 arbitramento, laudo e parecer técnico, referente a edificações é atribuição do engenheiro
455 civil”. Esclareceu que o requerente não está falando de edificação, mas sim de Patrimônio
456 Histórico e o conselho pretérito confirma a atribuição para o engenheiro e, por sorte, o
457 advogado da União, sabedor da existência do CAU, faz uma consulta ao CAU/PR se
458 engenheiro civil tem essa atribuição ou não. Assim, o jurídico do CAU/PR emitiu parecer
459 dizendo que essa atribuição é exclusiva do Arquiteto. Na sua opinião, isso é uma fiscalização
460 preventiva, orientativa, fiscalizatória e a palavra chave ainda é consolidação, no sentido de



461 consolidar a Lei 12.378. Pela Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE foi
462 dito que o procurador da União acabou de ligar dizendo que o parecer vai complementar
463 muito a informação dele e que graças a esse parecer ele vai conseguir fazer a defesa e
464 contrária ao CREA, tendo agradecido ao Conselho pela emissão do parecer. O Presidente
465 JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que a Comissão de Exercício Profissional tem uma
466 tarefa de enviar uma solicitação para que este conselho encaminhe ao CAU/BR sobre essa
467 preocupação em relação a atribuições. Em seguida relatou que este Conselho tem sido
468 solicitado sobre a legalidade da exigência do salário mínimo para órgãos públicos e se o CAU
469 pode interferir nos editais. Esclareceu que, em tese, cabe ao Sindicato fazer essa defesa; o
470 CAU pode citar as leis e colocá-las à disposição do requerente. São várias as queixas e
471 cobranças de uma posição do CAU em relação ao salário mínimo. O CAU/PR, em atendimento
472 a Resolução do CAU/BR, tem exigido o salário mínimo profissional no RRT de cargo e função.
473 Porém, quando é um requerimento fora do SICCAU, a postura deste Conselho tem sido de
474 citar as leis e orientar que o colega busque seus direitos. Assim, para a próxima plenária, é
475 necessário instrumentar bem esse texto de salário mínimo para difundir também esse
476 encaminhamento.....

477 **5.4 – Relato Comissão de Atos Administrativos.....**

478 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que a pauta desta comissão seria a
479 contratação da Empresa de Gestão, tema que já foi tratado no item “Relato Auditoria”, desta
480 reunião. Colocou que na última reunião o plenário autorizou a contratação de escritório de
481 advocacia, para fazer o contraponto à ação que o CAU/BR move contra o CAU/PR. O relato da
482 sentença proferida nessa ação chegou hoje e já foi lido para os conselheiros. Solicitou
483 autorização da plenária para dar encaminhamento à contratação dos fiscais, com mais um
484 item na implantação do sistema de fiscalização, que será iniciado no Paraná, com apoio cada
485 vez mais forte dos conselheiros que estão na Prefeitura de Curitiba. Relatou que foi solicitada
486 autorização do CAU/BR e deferida, para que o convenio de fiscalização fosse firmado com a
487 Prefeitura de Curitiba em desacordo à orientação inicial de conveniar com municípios
488 menores. Tal solicitação foi feita porque implantando na Prefeitura de Curitiba, que tem
489 talvez o maior entendimento do que são as atribuições, será possível avançar no sentido de
490 consolidar as atribuições consolidar o papel do SMU com a responsabilidade dos
491 profissionais. Relatou que o CAU/PR já tem convênio com a Prefeitura de Curitiba, tendo
492 realizado duas oficinas de RRT. Os conselheiros João Carlos Diório e Laércio Leonardo de
493 Araújo, que trabalham na prefeitura de Curitiba, podem ajudar nessa implantação da
494 valorização e fiscalização do trato com a Arquitetura perante a Lei 12.378. Posteriormente
495 isso poderá ser replicado para outros municípios, com a complexidade já discutida e
496 compreendida do que é uma mudança de paradigma, que o poder público terá que fazer. O
497 Conselho está fazendo a sua parte, mas a Prefeitura de Curitiba pode avançar no
498 entendimento no que é atribuição do Arquiteto. A seu ver, é uma oportunidade bastante
499 importante poder contar com o apoio dos conselheiros funcionários da prefeitura, já tendo
500 solicitado ao conselheiro Diório a possibilidade de rever o conteúdo desse convênio. O
501 Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO colocou que o convênio é recente e está vigente
502 como foi proposto no passado, sendo que já pediu o levantamento do processo que deu
503 origem a ele a fim de poder intervir oficialmente. Esclareceu que ainda não tem o processo
504 em mãos, o qual deverá estar em sua mesa até o final da tarde, ocasião em que será dado o
505 devido encaminhamento. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que é uma
506 excelente oportunidade para Curitiba e a prefeitura de Curitiba não pode ou não deve fazer



507 vistas grossas sobre o que é atribuição de Arquiteto. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS
508 DIÓRIO lembrou que hoje os Arquitetos fazem parte do Conselho Municipal de Urbanismo,
509 que é um fórum com essa discussão, que não existia antes e agora está vigente. O Presidente
510 JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que participou de duas reuniões com o Secretário de
511 Urbanismo, onde se apresentou a intenção do Prefeito de colocar as representações das
512 entidades junto ao CMU, com prazo para indicação dos nomes, sendo que essas indicações já
513 foram feitas e ele, presidente é um representante do CAU naquele conselho. Relatou ainda,
514 que hoje o Conselheiro Eli Loyola Borges Filho também se colocou à disposição para
515 participar dessa Comissão de Urbanismo e será verificado junto ao urbanismo essa
516 possibilidade. Relatou que na primeira reunião formal da CMU com a participação do CAU
517 houve uma grande participação de proprietários de imóveis fazendo requerimentos
518 totalmente sem base técnica ao Conselho Municipal de Urbanismo. Perguntou à advogada da
519 Prefeitura que sempre acompanha a Comissão de Urbanismo quem são os requerentes, ou seja,
520 quem pode requerer definição da prefeitura sobre casos omissos e sobre alterações de
521 legislação, tendo sido respondido que tanto o proprietário do imóvel, quanto os autores de
522 projeto podem fazer requerimento. Assim, a primeira manifestação do CAU/PR na comissão
523 foi que este conselho vai se omitir no caso de leigos requererem alteração de legislação na
524 Prefeitura de Curitiba. Houve o entendimento, apoio do SINDUSCON, que imediatamente
525 entendeu que isso pode qualificar muito mais a eficiência do CMU na Comissão de
526 Urbanismo, tendo o Secretário se prontificado a avaliar juridicamente a possibilidade de uma
527 normativa interna, que exija que todos os processos que cheguem ao Conselho Municipal de
528 Urbanismo, sejam assinados pelo autor. Concluiu dizendo que o CAU/PR está dentro do
529 Conselho Municipal de Urbanismo, o que vai ajudar também nesse trâmite.-----

530 **5.5. Relato da Comissão de Ensino e Formação Profissional** -----

531 O Conselheiro CARLOS HARDT relatou que foi recebido um ofício oriundo da Universidade
532 Estadual de Londrina (Anexo V), contestando o encaminhamento de dados dos novos
533 profissionais. Leu o parágrafo que informa essa decisão, esclarecendo que esta foi a única
534 universidade que efetivamente contestou o encaminhamento de dados. Colocou que a
535 comissão considera estar havendo equívocos no entendimento do que se solicitou, bem
536 como entende ser pertinente a alegação de negativa de encaminhamento de dados pessoais
537 sem a autorização expressa dos interessados, mas ao mesmo tempo considera que o envio
538 de dados gerais e, caso autorizado pelos alunos, dos dados específicos poderia se viabilizar.
539 Leu a sugestão de encaminhamento proposta pela comissão: “Contato direto com a
540 Universidade pelo conselheiro André Sell visando esclarecer os posicionamentos, solicitando
541 à Universidade o encaminhamento de dados mínimos a respeito dos formandos, sem ferir a
542 Legislação”. Como ações complementares, sugeriu que os egressos sejam informados dessa
543 posição da UEL através de publicação no site do CAU/PR e sejam encaminhados e-mails aos
544 mesmos solicitando que autorizem e solicitem à Universidade o fornecimento de seus dados
545 pessoais, visando à agilização da concessão dos registros. As propostas de encaminhamento
546 foram aprovadas pelo plenário. Com relação ao status do cadastramento de cursos no
547 SICCAU (informação de 23 de abril último), existem vinte e um cursos cadastrados no Paraná
548 e, desses, apenas três coordenadores não estão cadastrados; e oito cursos, vinculados a
549 quatro instituições de ensino, ainda não recolheram o RRT de cargo e função. Pontuou que o
550 trabalho de ir equacionando os problemas de cadastramento dos cursos e dos
551 coordenadores deve ser um processo contínuo. Sobre o Curso Tecnológico de Produção de
552 Projetos e Edificações da Universidade Positivo, informou que a resposta à correspondência,



553 que foi discutida e sugerida na última plenária, vai ser encaminhada àquela Universidade na
554 próxima semana. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que esse assunto foi
555 trazido à plenária pelo Conselheiro Busarello e, em seguida, foi feita uma primeira solicitação,
556 em atendimento à comissão, que a universidade enviasse a ementa completa de todas as
557 matérias oferecidas. Essa resposta chegou e foi contestada, sob a lógica da legislação, com
558 relação às contradições que o curso estava oferecendo e os riscos em relação às atribuições
559 que os Arquitetos têm e que os desenhistas não terão, tudo no sentido de instruir e
560 esclarecer. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT relatou ainda, que o CAU/BR solicitou o
561 agendamento de um Seminário, aqui no Paraná, sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo,
562 o qual se realizará também no Estado de São Paulo, em três datas: 27 de maio, 03 de junho e
563 24 de setembro. O seminário deverá contemplar assuntos como o arco sul, perfis e padrões
564 de qualidade de cursos, acreditação e questões relativas à legislação e ao exercício
565 profissional. A proposta é que esse seminário seja realizado em Curitiba, em função da
566 facilidade de deslocamento dos diversos coordenadores, já que existem seis cursos de
567 Arquitetura só na Capital, com sugestão de ser realizado em data de 25/06/2013 – próximo à
568 data da plenária do CAU/PR – a ser confirmada junto à CEF/BR. A ideia é reunir todos os
569 Arquitetos e Urbanistas coordenadores de curso, professores, e as pessoas ligadas ao ensino
570 de Arquitetura e Urbanismo nesse seminário. Colocada em votação a proposta foi aprovada
571 pelo plenário. Finalmente, e também a título de informação, relatou que o CAU/PR teve
572 contato com formandos de Arquitetura nesse primeiro semestre, sendo que esse processo se
573 encerra esta semana com a última formatura programada, na Universidade Federal do
574 Paraná, ocasião em que se completará o contato com quinhentos e vinte e cinco formandos
575 de Arquitetura e Urbanismo, neste semestre, em todo o Estado do Paraná. O Conselheiro
576 Titular ALEXANDER FABRI HULSMEYER lembrou, em relação ao problema com a UEL, que o
577 conselheiro suplente deste Conselho, Antônio Carlos Zani é pessoa influente na Universidade
578 e poderia ser acionado para intervir em favor do CAU. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT
579 pontuou que isso já foi lembrado e que, inclusive, o conselheiro Zani é seu suplente. O
580 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que a correspondência enviada pela UEL foi
581 uma surpresa, porque este Conselho tem feito contato via telefone com todas as instituições,
582 com todos os coordenadores, alguns com mais dificuldade, outros com menos, e essa
583 oficialidade negativa não era esperada e o apoio dos colegas de Londrina, no sentido de
584 esclarecer e sensibilizar a Universidade é necessário.....

585 **6. Relato CAU/BR.**.....

586 Com a palavra o Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO fez um resumo do que
587 foi a 17ª plenária, realizada nos dias 04 e 05 de abril corrente, ressaltando os pontos, a saber:
588 há uma proposta de resolução que visa disciplinar o registro temporário de empresas
589 estrangeiras, tendo como origem a Comissão de Exercício Profissional. Após um longo debate
590 com relação ao registro temporário foi pedido vistas do processo, por um conselheiro, a fim
591 de analisar e aprofundar mais a questão específica da reciprocidade, uma vez que a proposta
592 de resolução tratou desse tema. A expectativa é de que o conselheiro que pediu vistas do
593 processo, consiga compatibilizar e introduzir nessa resolução alguma coisa que diga respeito à
594 reciprocidade, visando oferecer ao profissional estrangeiro as mesmas condições oferecidas
595 ao arquiteto brasileiro em seu país. Outra questão foi a apresentação de um pedido de
596 homologação de curso de tecnólogo em restauro do Instituto Federal de Educação Ciência e
597 Tecnologia de Minas Gerais, de Ouro Preto, também através da Comissão de Ensino e
598 Formação, sendo que após os debates foi decidido e recomendado não homologar o cadastro



599 do curso de tecnologia em conservação e restauro no CAU, em face do Conselho ser
600 uniprofissional e qualquer registro de cursos, nesse sentido, estaria admitindo outros
601 profissionais. Ao mesmo tempo foi pedido o cadastramento de um curso de pós-graduação
602 em Engenharia de Segurança do Trabalho, o qual também foi negado, com base na questão
603 de que esse curso é uma especialização, que não gera atribuições a não ser para engenheiros
604 e arquitetos. Esclareceu, porém, que o profissional arquiteto que faça essa pós-graduação
605 tem o direito de fazer o apostilamento desse curso no Conselho. Alertou que foi feito um
606 pedido de reprogramação orçamentária do CAU/PB, através da Comissão de Planejamento e
607 Finanças. E caso também o CAU/PR tenha alguma necessidade de fazer a sua reprogramação,
608 informou que começou a temporada de reprogramação orçamentária. Outra questão
609 debatida, intensa e demoradamente, foi com relação a uma deliberação que dispõe sobre a
610 ausência de conselheiros nas reuniões do CAU/BR. O fato é que um representante suplente
611 do ACRE, por reiteradas vezes durante o ano de 2012 e 2013, não atendeu as convocações na
612 ausência do titular, sem justificar a sua ausência. É sabido que se o titular justifica sua
613 ausência, o suplente é convocado e, em sendo convocado, não comparece à reunião e não
614 justifica sua falta, ele é efetivamente ausente. Esse suplente do Acre, por diversas vezes foi
615 convocado, não compareceu e não se preocupou em fazer essa justificativa, mesmo depois,
616 com o processo aberto. Pontuou que a cassação é sempre uma decisão difícil, mas a decisão
617 do plenário foi pela cassação do conselheiro suplente do Estado do Acre. Agora a Comissão
618 de Organização e Atos está estudando uma forma de como proceder para efetivar a
619 substituição do suplente cassado. Relatou ainda, que está programado para março de 2014 a
620 realização do 20º Congresso Brasileiro de Arquitetos, em Fortaleza, cujo tema sugerido é
621 Identidade e Diversidade Profissional. Esclareceu que esse tema não é definitivo e ainda está
622 em aberto para outras sugestões. Há um documento referente a esse tema inicial, que
623 posteriormente repassará para o presidente, onde consta que a organização do congresso e
624 está procurando ajuda e colaboração de todos, tendo estendido esse pedido a todos os
625 conselheiros. Em seguida, colocou que é importante notar a realização do Seminário
626 Legislativo do CAU, que acontecerá nos dias 22 e 23 de maio vindouro. A seu ver, é
627 importante para o CAU fazer esse tipo de acompanhamento, tanto das ações do Executivo
628 como do Legislativo, do Congresso Nacional. São cerca de oitenta projetos de lei que estão
629 em tramitação no Congresso Nacional e dizem respeito à profissão de arquiteto e urbanista; a
630 ideia desse seminário legislativo surgiu porque as bancadas são estaduais. Na sua opinião, é
631 importante a participação do CAU/PR nesse evento, seja com funcionário, seja com
632 conselheiros, principalmente para fazer essa discussão que vai ser especificada por eixo
633 temático de cada comissão. Acredita que o CAU/PR já deve ter recebido os projetos de lei,
634 que foram elencados, inclusive com uma nota técnica sobre cada projeto, sobre como isso
635 afeta os arquitetos e ressaltou que é importante acompanhar essa discussão, porque em
636 algum momento será necessário fazer contato com os parlamentares federais, que fazem
637 parte da representação paranaense. Informou que o Guia de Fiscalização do Salário Mínimo
638 Profissional está programado para ser debatido na plenária 09 e 10 de maio vindouro, como
639 deliberação. A seu ver, esse guia poderá auxiliar a fiscalização de cada CAU. Esclareceu que
640 esses guias de fiscalização que o CAU/BR faz, tem o intuito de colaborar com as causas
641 estaduais, porque eles não são resoluções, mas sim deliberações de plenário e não têm a
642 força de uma resolução; são apenas aconselhamentos ou sugestões que o CAU estadual
643 aceita ou não. Em seguida colocou que os dados obtidos por ocasião do cadastramento dos
644 arquitetos realizado pelo CAU/BR passaram por uma análise prévia ainda muito rudimentar,



645 que suscitaram já algumas questões interessantes. A apresentação da análise final desse
646 censo, por unidade de federação, está programada para a primeira quinzena de maio,
647 ocasião em que cada estado vai ter, além dos dados nacionais, a sua informação estadual. E
648 essa análise vai servir para balizamento e direcionamento das ações até mesmo dos CAU/UFs
649 na relação com os profissionais. Tendo em vista que a questão da relação com o CONFEA, já
650 foi debatida anteriormente, encerrou sua fala, agradecendo a oportunidade. O Presidente
651 JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que em relação à Engenharia de Segurança, o CREA
652 continua fazendo exigências ilegais e irresponsáveis em relação aos colegas, razão pela qual o
653 CAU/PR está disponibilizando ao arquiteto uma declaração de atribuição, se ele tiver
654 dificuldades com o seu contratante ou com algum órgão público, referente à sua formação
655 ou atribuição. Porém, com relação ao CREA cabe ao arquiteto fazer sua defesa, não cabe ao
656 CAU/PR fazer esse papel. Assim, se o registro dele não foi totalmente cancelado no CREA e
657 aquele Conselho, reiteradamente diz que esse registro está ativo, é o próprio arquiteto que
658 deve ir até lá e solicitar a baixa. O Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO
659 colocou que acredita que a questão de engenharia de segurança não se resolve só dessa
660 forma e não sabe a forma legal de fazê-lo, mas considera um absurdo o que o CREA/PR está
661 fazendo. Citou o exemplo do CREA/SP, que foi à justiça para cobrar as anuidades de
662 2012/2013 de um arquiteto. Acredita que isso vai acabar acontecendo aqui no Paraná
663 também porque para um arquiteto conseguir a baixa do arquivo, eles estão cobrando
664 primeiro as anuidades de 2012 e de 2013 proporcional e, ao mesmo tempo, exigem que o
665 profissional assine um termo em que conste que ele nunca mais vai exercer a especialidade
666 de engenharia de segurança do trabalho, o que é um absurdo. Pontuou que quando
667 encaminhou a solicitação de uma colega sua ao CAU/PR, com relação a essa questão, o fez no
668 sentido de que o Conselho fizesse algum tipo de ação em cima dessa questão específica do
669 CREA/PR. Porque na sua opinião, o CREA não poderia fazer tais exigências e os arquitetos não
670 precisariam fazer absolutamente nada, nem mesmo pedir baixa, até porque os arquitetos já
671 saíram do sistema do CREA em 2011. Essas exigências feitas pelo conselho pretérito não foi
672 uma decisão de plenário do CREA/PR, mas sim uma decisão da Câmara de Segurança e
673 Engenharia do Trabalho, que nem câmara deveria ter, porque é um curso de especialização.
674 Na sua opinião, deveria ser feita uma nota técnica ou algo nesse sentido; ou um
675 esclarecimento, alertando os arquitetos, que têm essa atribuição de engenharia de segurança
676 do trabalho, que o CREA mantém o sistema aberto para os arquitetos que têm essa
677 especialização e, pelo que soube, alguns já pagaram a anuidade 2012/2013 e devem estar
678 recolhendo a ART, o que é mais absurdo ainda. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
679 pontuou que há uma ilegalidade clara, o CREA- PR se propõe a ilegalidade e CAU/PR não.
680 Pedindo a palavra o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer disse que o
681 conselheiro federal iniciou sua fala trazendo a informação de que aquele grupo de
682 harmonização CREA/CAU não funcionou e que um dos assuntos era justamente engenharia
683 de segurança do trabalho. Pontuou que o grupo pode não ter funcionado, mas parece que o
684 CREA continua achando que é exclusividade dos profissionais atrelados ao seu sistema, tanto
685 é que uma vez que o profissional saia do sistema, lhe for solicitado que assine um termo
686 afirmando que nunca mais vai exercer isso e perguntou se está claro para os arquitetos, que
687 possuem essa especialidade, que ele pode continuar exercendo engenharia e segurança do
688 trabalho pelo CAU; e se, mesmo com o GT desativado, não se chegou a nenhum parecer
689 sobre essa situação, pelo menos para dizer que a engenharia de segurança no trabalho deve
690 ser compartilhada, ou a posição do CREA é de que não existe engenharia de segurança no



691 trabalho fora do CREA. Em resposta a essas questões o Presidente JEFERSON DANTAS
692 NAVOLAR esclareceu que todo profissional arquiteto que declarou que tinha pós-graduação
693 em engenharia de segurança no trabalho, ou essa informação existia no CREA, possui essa
694 anotação em seu registro e o através do próprio SICCAU é possível emitir a certidão de
695 registro e quitação de pessoa física em que consta Arquiteto e Urbanista, com especialização
696 em Engenharia de Segurança no Trabalho. Salientou que cabe sempre instruir, orientar, mas
697 há casos em que é necessário que o arquiteto procure o antigo conselho e resolva
698 pessoalmente essas questões. Em seguida, com relação ao grupo de harmonização, o
699 Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO disse que na cronologia dos fatos,
700 houve uma reunião conjunta com todos os representantes do CAU/BR e do CONFEA, na qual,
701 inclusive, esteve presente porque representava a comissão de planejamento e finanças do
702 CAU/BR. Nessa primeira reunião, que contou com a presença de cinco representantes de cada
703 conselho, foi percebido que o tema que apresentava maior facilidade de entendimento era
704 esse, referente à engenharia de segurança no trabalho. Assim, chegou-se a um consenso de
705 iniciar uma resolução conjunta sobre o assunto, tanto que nova reunião foi marcada com o
706 objetivo de redigir o texto da resolução. Porém não houve prosseguimento. No final do ano
707 passado venceu o prazo de validade da comissão do lado do CONFEA, que era de 90 dias. O
708 prazo de validade da comissão do CAU/BR foi prorrogado, porém o CREA não fez essa
709 prorrogação e a comissão se extinguiu. E, depois disso, segundo vários relatos, houve uma
710 pressão muito grande dos CREAs contra essa harmonização. Isso ficou bem claro no e-mail
711 enviado pela FNA, com relação às atribuições. Colocou que talvez coubesse ainda um
712 esclarecimento em cima dessa questão porque o CAU tem uma resolução sobre a atribuição
713 de engenharia de segurança do trabalho, a qual foi uma das primeiras resoluções da plenária
714 do CAU/BR, visando justamente amparar os profissionais com relação a essa atribuição. O
715 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que em relação ao relato do conselheiro
716 federal, quer tecer dois comentários: primeiro sobre o Seminário de Assessoria Parlamentar,
717 esclareceu que o CAU/PR não recebeu nota técnica, mas sim uma listagem de PLs que
718 tramitam no Congresso, mas seria interessante se a nota técnica fosse encaminhada.
719 Segundo, em relação ao censo, colocou que na última reunião de fórum de presidentes o
720 censo foi apresentado rapidamente, mas houve a solicitação do CAU-BR que as informações
721 ali constantes não fossem usadas e nem repassadas a ninguém, até segunda ordem. Em
722 seguida reiterou a solicitação para que o conselheiro federal forneça as atas de plenária de
723 CAU/BR, pontuando que o CAU/PR não tem nenhuma ata de plenária do CAU nacional e seria
724 importante tê-las. Colocou que o conselheiro federal justificou o não atendimento da
725 solicitação por ter apenas versões preliminares e não oficiais desses registros mas, ainda
726 assim, insistiu no repasse de todas as atas de plenária do CAU/BR. O Conselheiro Federal
727 LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO colocou que seria interessante fazer uma solicitação direta
728 ao CAU-BR, sem intermediários. A Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE
729 informou que tendo solicitado cópia as atas ao jurídico do CAU/BR, obteve como resposta
730 que tal solicitação deveria ser feita diretamente ao conselheiro federal. O Conselheiro
731 Federal LAERCIO LEONARDO DE ARAÚJO pontuou que não é funcionário do CAU/BR e sim
732 conselheiro federal e, na sua opinião, o funcionário que deu essa informação está
733 equivocado. Esclareceu que tem apenas as anotações das atas. Do mesmo modo como
734 acontece aqui, os conselheiros recebem as atas e sugerem as correções e, nessas ocasiões, se
735 detêm às suas falas, sem se preocupar com as falas dos outros conselheiros, que também
736 fazem correções. Que correções os outros conselheiros fazem, o que eles encaminham, isso



737 ele não tem, ou seja, não tem a ata final, mas apenas aquela com as correções das suas
738 intervenções. Colocou que quem pode fornecer a ata oficial é o CAU-BR, se ela não está
739 disponível em meio eletrônico já é uma outra questão. O Conselheiro Titular ALEXANDER
740 FABRI HULSMeyer pontuou que, a seu ver, o conselheiro federal teria uma certa facilidade,
741 assim como o conselheiro, aqui, pode solicitar a ata de modo muito mais ágil e mais rápido
742 porque é de direito pedi-la. Colocou que tem observado que está havendo dificuldades entre
743 o CAU/PR e o CAU/BR, até por questão de processos judiciais. Dessa forma, solicitou, se
744 possível, que o conselheiro federal faça essa solicitação ao CAU/BR, do mesmo modo como os
745 conselheiros do Paraná o fariam se alguém lhes solicitasse a ata e a secretaria tem a
746 obrigação de repassar a ata, quando solicitada por um conselheiro. O Conselheiro Federal
747 LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO colocou que o mesmo trabalho que ele teria para solicitar as
748 atas o CAU/PR vai ter, basta mandar um e-mail solicitando. Na sua opinião esse procedimento
749 deve ser formal, se está pedindo é porque há necessidade dessa solicitação. Com relação à
750 questão da rusga CAU/BR e CAU/PR. pontuou que tem uma posição meio tranquila a esse
751 respeito, se os arquitetos não conseguirem resolver suas questões entre si, terceiros vão
752 resolver. Se há processo correndo judicialmente, para ele isso é normal. Nem sempre as
753 relações institucionais se resolvem institucionalmente, como aconteceu. Pontuou que há
754 outras coisas que o CAU precisa enfrentar, como os adversários da profissão do arquiteto
755 urbanista estão por aí e, a seu ver, essas questões são pontuais e localizadas no tempo,
756 inclusive, mas agora a luta deve ser conjunta e essas diferenças não podem balizar os
757 procedimentos institucionais. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO colocou que
758 aqui no CAU/PR, toda ata, depois de corrigida é encaminhada aos conselheiros e acredita que
759 no CAU/BR o procedimento é o mesmo, assim, sugeriu que o conselheiro federal que
760 encaminhe as atas na medida em que elas lhe forem sendo encaminhadas depois da
761 correção. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO disse que
762 assim como toda plenária, acredita que o Conselho Federal deve enviar a ata para ser
763 aprovada e perguntou se no CAU/BR as atas são enviadas para serem aprovadas nas
764 plenárias. Em relação à reciprocidade ao profissional estrangeiro, colocou que por mais de
765 dez anos o sistema CONFEA-CREA tinha representantes da classe dos arquitetos na CIAM.
766 Depois da criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, o CONFEA comunicou
767 oficialmente dentro da Câmara, que engloba os países do Cone Sul, que o CAU o
768 representaria dali para frente, isso no final de 2010, começo de 2011. Até onde sabe, houve
769 duas reuniões com a presença de representantes do CAU, mas não se levou à frente. Para ele,
770 nessa questão da reciprocidade, seria de fundamental importância que o CAU desse
771 encaminhamento através do CIAM, não adianta pensar em arquitetos da Espanha, de
772 Portugal, sendo que essa questão está sendo discutida aqui, há mais de 10 anos, com
773 dinheiro brasileiro, do governo brasileiro, através do sistema CONFEA-CREA e tem conteúdo
774 riquíssimo em relação a isso. Em seguida perguntou como é que o CAU-BR está dando de
775 encaminhamento em relação aos países do Cone Sul. O Conselheiro Federal LAÉRCIO
776 LEONARDO DE ARAÚJO colocou que com relação à questão CIAM, até onde sabe, ocorreram
777 duas reuniões com a presença de representantes da CEF/BR e da CEP/BR e sabe que este
778 assunto está sendo tratado, mas não saberia dizer qual a expectativa porque existe um prazo,
779 que lhe parece ser 2015, para que se chegue a um resultado final, do contrário os governos
780 vão decidir sem a presença dos Conselhos. Na questão do registro de empresas de
781 estrangeiros e reciprocidade não pode falar pela comissão. Pelo que viu nos debates, a ideia
782 sempre foi a da reciprocidade e não apenas para EUA e Europa, mas também para os países



783 vizinhos. Não sabe dizer que proposta o conselheiro que pediu vistas do processo vai
784 apresentar, mas acredita que essa questão será levada em conta. Com relação à questão das
785 atas do CAU/BR, na sua avaliação, elas devem ser colocadas no site do CAU/BR, já deveriam
786 estar lá e, se não estão, é um erro. Pontuou que se fosse fazer algum movimento, não seria de
787 receber e repassar, as atas devem estar no site do CAU-BR, assim como também podem estar
788 no portal do CAU/PR ou de qualquer CAU, depois de aprovada e passada pela revisão.-----

789 **7.Extra-Pauta** -----

790 **7.1. Nomeação de Representantes para Comissão Preparatória da Etapa Municipal da 5ª**
791 **Conferência Nacional das Cidades – Pinhais.**-----

792 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR sugeriu o nome do conselheiro suplente Flávio
793 Egídio de Oliveira Carvalho Neto, para representar este Conselho na Comissão Preparatória
794 da Etapa Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, em Pinhais, em razão do mesmo
795 residir naquela localidade. Informou que tomou a liberdade de consultá-lo sobre sua
796 disponibilidade para essa representação e obteve resposta positiva. Colocada em votação a
797 indicação foi aprovada pelo plenário.-----

798 **7.2. Curso de Prevenção de Incêndio**-----

799 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou o CAU/PR oferecerá o curso de
800 Atualização de Normas de Prevenção de Incêndio, uma vez que ficou evidente que a maioria
801 dos profissionais arquitetos não está atualizada em relação a isso. Relatou que, de início,
802 buscou-se um profissional, que tivesse esse conhecimento, em virtude de negativa do Corpo
803 de Bombeiros, por falta de agenda. Posteriormente encontraram uma data e foi aberta
804 inscrição para 40 vagas, que foram preenchidas em meia hora, com seiscentos inscritos, o
805 que comprova que os arquitetos ainda não estão atualizados com relação às normas. O
806 primeiro curso será oferecido gratuitamente e após será proposto parceria com o Corpo de
807 Bombeiros para outros. Outra informação que poucos profissionais têm, é com relação às das
808 normas de eficiência, que já entraram em vigor, são cursos rápidos que podem ser
809 replicados. Assim, nessa linha de atualização a intenção é de trazer novas informações aos
810 profissionais, sempre em parceria com as entidades. Afirmou que o CAU/PR não vai tomar
811 papel de entidade, se isso ocorre em outros estados, aqui não. Colocou que a questão da
812 gestão e fiscalização de Planos Diretores também é uma pendência grave em relação à
813 participação dos arquitetos, que deverá ser sanada. Relatou que o conselheiro Manoel fez
814 uma provocação interessante, propondo que seja criado o curso de Arquitetura de Segurança
815 do Trabalho e em médio prazo seria uma boa saída para e ter uma leitura própria do tema.--

816 **7.4. Relato NESC-CAU/PR.**-----

817 Com a palavra o Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO relatou que nesses últimos
818 dias, já em contrapartidas às ações do NESC-CAU com as instituições apoiadoras, houve
819 alguns convites, tais como, participação do CAU em ações do SEBRAE, da FIEP e dos
820 observatórios sociais. Informou que solicitou o encaminhamento desses documentos aos
821 conselheiros e pediu que seus colegas averiguassem o teor, inclusive, do propósito do
822 observatório social, que é uma iniciativa que nasceu no Paraná há três anos e hoje já está
823 presente em nove estados da União. O observatório social tem, em suma, a preocupação de
824 acompanhar as ações do governo, não só no sentido de fiscalização, mas também no sentido
825 da posição da sociedade civil organizada como um todo, de participar como um agente
826 decisório. Esclareceu que neste relato faz um resumo e um parecer das vantagens que o
827 CAU/PR terá em participar como membro desse observatório, que é uma entidade



828 apartidária (apesar de ser muito política) e possibilitaria uma oportunidade de somar à ação
829 de representação junto às instituições. Por isso, insistiu que os conselheiros, ao receberem
830 esse relato das atividades, deem atenção especial ao evento dos observatórios sociais.
831 Colocou que foram realizados dois cursos de formação, sobre liderança e sobre aprovação de
832 projetos, que poderiam ser replicados aqui em nível de NESC-CAU. Relatou que foi dado
833 andamento na ação de relacionamento com a Revista Geração Sustentável, no sentido de
834 suporte, para que seja feita divulgação das ações do CAU/PR e do NESC-CAU. Além disso foi
835 feita uma assessoria de suporte com o Plínio da Consultoria de Gente, que também dará
836 assessoria para o NESC-CAU no desenvolvimento do plano estratégico que está sendo
837 desenvolvido. Há dois projetos em andamento, o primeiro é o Arquiteto Empreendedor que,
838 como é sabido, está na responsabilidade do SEBRAE. O outro é o projeto Selo, em que a
839 conselheira Marli se colocou disponível para assumir a coordenação. Pontuou que os
840 trabalhos têm sido desenvolvidos de uma forma complementar com auxílio das secretarias e
841 assessorias do CAU/PR, mas esclareceu que tem segurado algumas ações que dependem de
842 muito despacho de secretaria, em virtude da dificuldade de recursos humanos. Em seguida
843 passou a palavra ao Assessor de Comunicação ANTONIO CARLOS DOMINGUES, que informou
844 que o lançamento oficial do Projeto Arquiteto Empreendedor vai acontecer no final do mês
845 que vem, sendo que o portfólio de apresentação desse projeto será uma edição especial da
846 Revista Geração Sustentável. A ideia da revista, que é bimensal e tem uma tiragem de dez mil
847 exemplares, é que nessa edição especial ela tenha oito mil exemplares a mais, que deverão
848 ser distribuídos para todos os arquitetos do Paraná. Relacionou os patrocinadores garantidos,
849 com anúncios ou matérias pagas na revista: a Associação Comercial, o FUNSAU, o INBEC
850 (entidade que realiza cursos com o IAB), a Berkley Seguradora, a Missão Italiana de Treviso.
851 Além desses, como conteúdo, haverá informações da CEF, da Itaipu, do próprio SEBRAE e da
852 FIEP. Colocou que o lançamento do Projeto Arquiteto Empreendedor vai acontecer em
853 etapas, em cidade das várias regiões do Paraná. O primeiro lançamento será em Foz do
854 Iguaçu, no mesmo dia da plenária, 27 de maio, num evento em que o CAU vai fazer a
855 apresentação oficial do Projeto Arquiteto Empreendedor e o SEBRAE fará a primeira palestra
856 do módulo de cursos a serem oferecidos sobre empreendedorismo, que eles chamam de
857 Palestra e Sensibilização, com duração de duas horas, dirigida aos profissionais arquitetos,
858 com informações sobre como se transformar em arquitetos empreendedores. A partir dessa
859 palestra de sensibilização, o SEBRAE desenvolve mais cinco módulos de informação. Um
860 sobre Planejamento Estratégico e outro sobre Gestão de Negócios e Sustentabilidade, o
861 terceiro sobre Gestão Financeira e Custo do Serviço, o quarto sobre Marketing e Negociação
862 e o quinto sobre Tecnologia e Informação, em que será divulgado o Sistema Bin. Informou
863 que no dia 28 de maio a mesma palestra será levada a Cascavel; e, no dia 29 de maio o
864 mesmo se repetirá em Pato Branco. Posteriormente, a mesma ação será levada a Londrina, e
865 Maringá. Concluiu sua fala dizendo que no começo de junho, no lançamento do Projeto
866 Arquiteto Empreendedor, talvez já seja possível ter essa palestra do SEBRAE somada à
867 distribuição da revista. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO relatou ainda que
868 a ACP fez uma contribuição financeira com relação a essa ação e há uma negociação em
869 andamento com a Fomento Paraná, que provavelmente também dará apoio financeiro,
870 porém isso não está formalizado ainda. A Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI
871 informou que o selo de qualidade ainda está em fase de pesquisa: quem vai chancelar o selo,
872 qual universidade ou quem seria a unidade certificadora; se será necessário fazer convênio
873 para isso; se isso será gratuito ou não. Pontuou que a pesquisa está seguindo mais ou menos



874 a linha do selo que o CREA tinha, mas de uma forma mais abrangente, mais detalhada; no
875 CREA existe um selo único, mas pesquisando descobriu que se pode trabalhar com categorias
876 diferentes de selo: junior, máster e sênior; ou 3, 4 e 5 estrelas; ou ainda, prata, ouro e
877 bronze, com o objetivo de diferenciar o profissional mais antigo do recém-formado ou então
878 as diferentes áreas da arquitetura, evitando discrepâncias. Esclareceu que para implantar
879 efetivamente o selo é necessário uma equipe e também definir como isso será feito. No
880 modelo CREA o fiscal regional ia ao escritório de arquitetura com todos os tópicos a serem
881 fiscalizados no projeto e ia dando ok, item por item. Pontuou que isso pode ser feito on-line,
882 se o arquiteto tem um projeto e quer o selo, envia para essa equipe do CAU, que vai verificar
883 se o projeto contemplou todos os itens exigidos para a chancela. Esclareceu que levantou os
884 itens que devem ser contemplados para se receber esse selo, e são mais de oitenta tópicos
885 como o visual do projeto, como que ele está distribuído na prancha, linhas, traços, e etc.
886 Colocou que o CREA dava um curso sobre isso, mas a seu ver é completamente dispensável.
887 O Conselheiro Titular LUIZ BECHER colocou que quando o CREA implantou o selo, a grande
888 dificuldade foi justamente encontrar uma entidade que fizesse a certificação, e não era
889 gratuito, porque é difícil que uma universidade faça isso sem custo. O programa era todo por
890 tópicos, que eram analisados em todos os projetos. Isso pode ser feito on-line, mas para o
891 profissional da universidade que faz a vistoria, é necessário que seja gerada alguma
892 documentação, mesmo que digital. A Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI
893 esclareceu que em primeira instância a fiscalização seria feita pelo CAU e imagina que possa
894 ser on-line e só será encaminhado para a unidade certificadora posteriormente numa pasta,
895 só para verificar, carimbar e emitir o sim ou o não. O Conselheiro Titular LUIZ BECHER
896 pontuou que as unidades certificadoras devem ser, de preferência, universidades ou
897 faculdades de Arquitetura do Estado. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO
898 colocou que estão criando uma metodologia para execução do projeto que vai desde o
899 objetivo geral – que deve ter uma linha de ação em alinhamento com o próprio objetivo geral
900 do NESC-CAU – passando para o específico que seria o selo; relacionando as metas e as ações
901 para cada meta, que seriam os assuntos a serem discutidos; inclusive com previsão de prazos
902 e de parceiros que podem ser auxiliares nessa ação. Dessa forma, o parceiro tanto pode ser
903 aquele que vai certificar como o financiador dessa certificação, não gerando ônus para o
904 NESC-CAU. O financiamento dessa ação pode ser feito através de um parceiro, que viabilize
905 esse custo financeiro da certificação e passe a participar do selo como apoiador. Essas são
906 questões que o projeto tem como antecipar e desenvolver. Em seguida relatou que esteve
907 em Brasília como representante do Conselho, juntamente com o Plínio (Consultoria de
908 Gente) em seminário referente à formatação de cargos e salários, organizado pelo CAU/BR.
909 Informou que uma equipe de planejamento estratégico contratada pelo CAU/BR para
910 organizar o plano de cargos, salários e funções, solicitou que os CAU/UFs manifestassem as
911 suas necessidades. Inicialmente a ideia era de que eles apresentariam três modelos, para os
912 CAU maiores, para os médios e outro para os menores, entretanto no decorrer do seminário
913 perceberam que não poderiam implantar um modelo rígido e que, dada a característica de
914 cada estado, cada CAU/UF tem uma necessidade específica de plano de cargos e salários. A
915 ação foi bem produtiva e deu um *start* nessa iniciativa, que deverá ser continuada agora com
916 outras atividades, inclusive com a necessidade de participação dos presidentes. Relatou que
917 trouxeram algumas tarefas para serem realizadas, com relação a cargos e salários, as quais já
918 estão no encargo da Consultoria de Gente. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
919 enfatizou a importância do momento atual em relação a essa iniciativa do NESC-CAU.



920 Lembrou que foi realizada, nesse mesmo ambiente, uma rodada com a presença de cinco ou
921 seis conselheiros e dez parceiros, na qual todos os que foram convidados, estiveram
922 presentes. E todos os que participaram daquela reunião, se tornaram parceiros, quais sejam:
923 Caixa Econômica Federal, Associação Comercial do Paraná, Federação das Indústrias,
924 FUNSAU, Berkley Seguradora, Fomento Paraná, entre outros. A partir da presença desses
925 representantes oficiais, do apoio à iniciativa, era hora de dar mais conteúdo a essa
926 relação e surge a possibilidade da Revista Geração Sustentável, que é uma revista já
927 reconhecida e tem como bandeira a sustentabilidade. Os parceiros têm respondido
928 satisfatoriamente, inclusive arcando com os custos da revista. Não são todos os que vão
929 custear a revista mas, se o CAU tiver que desembolsar algum dinheiro para isso, será apenas
930 uma complementação, alguma coisa que esteja faltando. Serão publicados exemplares com
931 mais de dez conteúdos sobre o arquiteto empreendedor, que chegará A todos os arquitetos
932 do Paraná, de todas as empresas jurídicas de arquitetura, de todas as prefeituras, de todas as
933 associações de engenharia e arquitetura, enfim, de todas as associações que envolvam a
934 presença do arquiteto no mercado. O efeito residual de um material escrito com essa
935 densidade é muito longo e o Conselho poderá colher os frutos dessa ação, por alguns meses
936 depois de sua publicação. Pontuou que é um referendo em relação à importância da ação e
937 que gera ainda mais responsabilidade em relação aos próximos passos – o selo e o prêmio
938 que são objetivos macros que vão sendo construídos juntamente com os parceiros. É
939 necessário criar uma estrutura para isso, mas aos poucos isso vai sendo organizado com as
940 entidades. Lembrou que esteve em Salvador semana passada, a convite do Ministério da
941 Cultura e que a Secretaria de Economia Criativa desse Ministério, assumiu a arquitetura
942 como prioridade, no sentido de construir uma premiação, juntamente com os arquitetos e
943 isso pode render bons frutos. De início, a partir da arquitetura revitalizada, qualquer bairro,
944 qualquer cidade ou qualquer região, poderia se habilitar a uma certificação pela qualidade da
945 arquitetura revitalizada, pelos usos que está propondo e pela circulação de economia a partir
946 dessa matriz, o que significa fazer gestão de território a partir de cultura. Se isso se efetivar,
947 mesmo, o NESC-CAU terá uma parceria poderosa para implementar suas premiações em
948 cima de territórios criativos, a partir de bases históricas. Esclareceu que em função da
949 mudança de mandato dos cargos do executivo, que termina no ano que vem, isso deverá ser
950 lançado ainda este ano, porque o debate eleitoral vai ser intenso. Pedindo a palavra o
951 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS com referência à questão do selo relatou que o
952 SEBRAE fez esse tipo de ações regionais há algum tempo (por exemplo, Cascavel tem a obra
953 nota 10) e sugeriu que seja aproveitada a parceria do NESC-CAU com o SEBARE, e buscar
954 através dele essa continuidade.....

955 **7.5. RRT extemporâneo.....**

956 O Presidente Jeferson Dantas Navolar solicitou ao Assessor de Planejamento HÉLIO BOTO DE
957 BARROS que apresente rapidamente essa nova ferramenta, o RRT extemporâneo, o qual
958 colocou que esse tipo de RRT foi criado em primeiro de agosto, por uma resolução do
959 CAU/BR e só agora entrou em funcionamento efetivo no sistema. Ele representa uma
960 atividade, cuja responsabilidade técnica deveria ter sido registrada, mas que, por algum
961 motivo, não foi feito pelo profissional. Ele tem uma forma de preenchimento semelhante ao
962 do RRT simples, porém com um custo adicional de uma taxa de expediente. Inicialmente a
963 pessoa elabora o RRT, faz o pagamento dessa taxa de expediente e anexa os documentos que
964 justificam a falta do registro na época oportuna e o registro atual. Esse documento depende
965 da aprovação da Comissão de Exercício Profissional, justamente devido a essa justificativa;



966 então a comissão tem que identificar se realmente se aplica, se é um RRT extemporâneo, se
967 não pode ser feito de outra forma e na sequência dar o parecer aprovando e autorizando a
968 emissão do RRT extemporâneo ou negando e pedindo eventuais correções que julgue
969 necessárias. O conselheiro que recebe o RRT para análise tem 90 dias para fazer esse relato.
970 Esclareceu que hoje como havia apenas 3 RRT's eles foram analisados pela comissão durante
971 a plenária porém no sistema existem em torno de 30 a 40 RRTs extemporâneos aguardando
972 pagamento e portanto, na próxima plenária devem haver outros para serem analisados. O
973 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR completou dizendo que se o arquiteto esqueceu de
974 preencher uma ART em 1985 o CAU lhe dá a oportunidade de regularizar isso agora. A seu
975 ver, isso vai gerar uma demanda enorme e retardar todo o processo de atendimento do
976 SICCAU, do mesmo modo que já existe uma fila de dois mil atendimentos no procedimento
977 de baixa de RRT, porque dependendo do procedimento executado, essas solicitações de
978 baixas não saem da aba, mesmo que o RRT já tenha sido analisado e o arquiteto notificado,
979 fica lá, engordando a aba e só sai dali depois da baixa efetivada. O Conselheiro Titular
980 CARLOS HARDT colocou que lhe parece que essa figura do extemporâneo para algumas
981 situações é a única saída em função do CREA ter represado uma série de ações em que
982 existem relatos de serviços feitos à época que os arquitetos eram vinculados a ele e por isso
983 existem inúmeros casos em que essa é a saída. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES
984 MARTINS perguntou se existem critérios preestabelecidos para a aprovação desse RRT
985 extemporâneo, tendo sido respondido que existe sim, na Resolução 31 do CAU/BR, que está
986 disponível no site. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que foram
987 contratadas, temporariamente, mais duas arquitetas que estão junto ao atendimento
988 fazendo essas análises mais técnicas, porque as atuais atendentes não devem fazer esse tipo
989 de análise.....

990 **7.6. Ofícios para representações em Maringá.....**
991 O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO fez um relato do resultado referente aos
992 três ofícios que levou para Maringá, sendo que o primeiro foi para o CODEM, Conselho de
993 Desenvolvimento de Maringá, o qual abriu a possibilidade do profissional arquiteto ser
994 representado, através do CAU, em cinco câmaras: na área de gestão, no MASTERPLAN, que é
995 o planejamento da região metropolitana de Maringá, na Câmara de Construção Civil e Setor
996 Imobiliário, na Comissão do Aeroporto e nas plenárias. Assim, os arquitetos terão uma
997 participação interessante junto àquele Conselho, que é o que gerencia o município de
998 Maringá. Informou que já indiciou dois nomes e está agilizando os outros três junto com os
999 outros profissionais para fazer o envolvimento deles dentro do sistema. Em seguida
1000 perguntou se há um prazo para inicial a fiscalização, porque é muito cobrado a esse respeito.
1001 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que partir de junho isso já deverá estar
1002 acontecendo, pelo menos com cinco ou seis arquitetos fiscais representando o Conselho
1003 nessas situações, especialmente as de denúncia e representação. O Presidente JEFERSON
1004 DANTAS NAVOLAR solicitou que assim que o conselheiro tiver todos os nomes para as várias
1005 comissões de Maringá, encaminhe ao CAU a fim de que a portaria de nomeação seja feita,
1006 para formalizar as representatividades dos colegas.....

1007 **7.7. Parabenização aos arquitetos curitibanos, vencedores do concurso nacional de**
1008 **arquitetura para a sede na Antártida.....**
1009 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que há cerca de duas semanas atrás
1010 houve o resultado de um concurso nacional de arquitetura, na Sede da Marinha na Antártida
1011 e o vencedor foi um escritório aqui de Curitiba. A assessoria de comunicação já entrou em



1012 contato com eles e a ideia é convocá-los, na medida da agenda deles, para fazer uma rápida
1013 apresentação do projeto e talvez seja possível trazer a imprensa. Pontuou que o que se
1014 pretende é apoiar os colegas. Porque em um momento desses talvez eles precisem. Solicitou
1015 autorização do plenário para fazer uma manifestação de parabéns. Colocada em votação, a
1016 matéria foi aprovada. **Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto**
1017 **JEFERSON DANTAS NAVOLAR, agradeceu à Conselheira e aos Conselheiros presentes,**
1018 **reforçando que a próxima reunião plenária acontecerá em Foz do Iguaçu, com previsão de**
1019 **visita do presidente nos municípios vizinhos, durante os dias subsequentes à plenária, com**
1020 **palestras e lançamento da revista. Às dezoito horas de 29 de abril de dois mil e treze, o**
1021 **Presidente do CAU/PR, Arquiteto JEFERSON DANTAS NAVOLAR, declarou encerrada está**
1022 **Reunião de Nº 18 (quarta de 2013) do CAU/PR.** Para constar, eu, GLÁUCIA SALES JACOB,
1023 Secretária Geral do CAUPR, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada por todo(a)s
1024 o(a)s senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será rubricada por mim em todas as suas
1025 páginas e, ao final, assinada por mim e pelo senhor Presidente para que produza os efeitos
1026 legais.....

1027

1028

1029 JEFERSON DANTAS NAVOLAR
1030 Presidente do CAU/PR

GLÁUCIA SALES JACOB
Secretária Geral

1031

1032 Anexo I – Sentença proferida na Ação movida pelo CAU/BR contra o CAU/PR

1033 Anexo II – Resumo financeiro de fevereiro

1034 Anexo III – Parecer CF/BR

1035 Anexo IV – Ofício UEL